

Reorganização neoliberal e seus desdobramentos sobre o mundo do trabalho no contexto hodierno em Trabalho, regressão de direitos e serviço social

Ana Caroline Gimenes Machado¹

STAMPA, Inez; LOLE, Ana; BOTÃO, Márcia; NUNES, Nilza Rogéria (Org.). *Trabalho, regressão de direitos e serviço social* – 1.ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

Artigo recebido em junho 2020

Artigo aprovado em agosto de 2020

A conjuntura hodierna é atravessada pelos efeitos deletérios da radicalização do neoliberalismo sobre as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. Desmantelamento das formas protetivas do trabalho, flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas, redução dos gastos públicos, maior empobrecimento populacional, aumento do subemprego e do desemprego compõem o cenário atual. Diante disso, o livro *Trabalho, regressão de direitos e serviço social* traz elementos imprescindíveis para fomentar uma reflexão crítica sobre as configurações capitalistas atuais no Brasil, sendo cuidadosamente organizado pelas pesquisadoras Inez Stampa, Ana Lole, Márcia Botão e Nilza Rogéria Nunes, intelectuais brasileiras que têm se debruçado sobre a temática do trabalho em seus estudos.

A obra é fruto de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio) e congrega um amplo e importante conjunto de produções teóricas elaboradas por 13 autores e autoras em 10 textos (sendo um



iconográfico) que analisam temáticas referentes à classe trabalhadora, trabalho, Estado, direitos sociais e enfrentamentos ao capital, inerentes ao cotidiano profissional de assistentes sociais. Vale destacar a fundamental contribuição de Ney Luiz Teixeira de Almeida, trazendo elucidações pertinentes no prefácio da obra.

O primeiro texto do livro é dos autores Marco Aurélio Santana, Ricardo Antunes e Alexandre Barbosa Fraga e trata do caminho traçado pela agenda neoliberal no Brasil, demarcando as três distintas feições assumidas em cada momento histórico, observando como as forças sociais do trabalho reagiram às ofensivas neoliberais. Nesse sentido, os autores elaboram um valioso resgate do neoliberalismo no Brasil, desde sua implantação nos governos de Fernando Collor e de Itamar Franco, materializando-se de fato nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Em seguida, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff que ficaram marcados por um processo de continuidade da agenda neoliberal com moderadas rupturas. E, por fim, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, com uma nova desertificação neoliberal, caracterizada por uma radicalização do neoliberalismo que vem resultando em consequências desastrosas no mundo do trabalho.

A fase de implementação neoliberal trouxe consigo um arquétipo de modernização conhecido por afligir brutalmente o mundo do trabalho nos países considerados periféricos. Os autores apresentam o vilipêndio amargado pela classe trabalhadora desde o governo Collor, traduzido em inserção em postos de trabalho informais, desemprego, rebaixamento salarial, privatização e demissão de servidores públicos, até o governo de Jair Bolsonaro que, além de trazer em seu mandato todas essas problemáticas de escopo neoliberal, caracteriza-se por sua orientação ultraconservadora nos costumes e ultraliberal na economia. Não obstante, revelam, também, a atuação do campo das esquerdas, dos sindicatos e dos movimentos sociais no enfrentamento do ideário e da programática neoliberal.

No segundo texto da coletânea, Roberto Vêras de Oliveira aborda os desdobramentos da reforma trabalhista no Brasil do ponto de vista histórico, trazendo uma análise desde a formação do mercado de trabalho capitalista no Brasil, o qual nasce embebido de um passado colonial-escravista, passando por investidas, ditas modernizantes, até o período de posse de Jair Bolsonaro, com perspectivas muito nítidas de aprofundamento da reforma trabalhista, aprovada em 2017. O autor problematiza como se desenvolveu a regulamentação do processo de acumulação capitalista em um contexto segmentado de relações de trabalho, caracterizado por um assalariamento parcial, industrialização tardia e proteção social restrita.

Aponta o papel desempenhado pelas diversas correntes sindicais na luta pela efetividade dos direitos sociais e sua adequação ao governo militar. Mostra ainda a importância das lutas operárias e populares, sendo o fermento necessário para o “novo sindicalismo”, abrindo caminho para novas bases de regulação laboral, que possuía avanços sociais significativos. Contudo, nos anos de 1990, a agenda neoliberal traz evidentes retrocessos para a classe trabalhadora e sua organização sindical, sendo ampliado o processo de *flexibilização* e de precarização do trabalho durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Nos governos seguintes, onde Lula e Dilma estiveram à frente, apesar de representarem uma promessa democrática, posicionaram-se de forma ambivalente, em favor de diversos seguimentos de classe, desde a classe trabalhadora mais pauperizada aos setores dominantes do capital financeiro. E após o golpe de 2016, uma agressiva agenda de desregulamentação de direitos laborais e de cidadania foi posta em prática, onde ganham relevo a reforma trabalhista no governo de Temer e os anacronismos dos direitos da classe trabalhadora, diários e cada vez mais sombrios, sob o comando de Jair Bolsonaro.

No texto seguinte, Inez Stampa e Ana Lole versam sobre questões referentes ao trabalho, precarização social e sobre o movimento organizado de trabalhadores dentro do cenário de ampliação exa-

cerbada do neoliberalismo. As autoras abordam os efeitos da crise capitalista no contexto hodierno sobre o mundo do trabalho, que impactou profundamente as organizações dos trabalhadores, com perdas significativas de referências coletivas, bem como têm provocado mudanças estruturais nas esferas do trabalho e da produção, salientando a precarização das relações de trabalho, o desemprego e a redução do Estado para a proteção social e dos serviços públicos. Essas alterações substanciais na organização da produção e na gestão do trabalho afetam as demandas para o Serviço Social, o que reitera a necessidade de realizar uma análise crítica dos fenômenos que integram a crise, assim como da viabilidade de restabelecimento do movimento organizado dos trabalhadores.

Ressaltam a importância da categoria trabalho como basilar para a compreensão histórica, restaurar a primazia do sujeito na teoria social e recuperar a função e o projeto da classe trabalhadora enquanto partícipe ativo da história. Dessa maneira, as autoras analisam que a questão social está relacionada também ao enfrentamento do processo de exploração vivenciado pela classe trabalhadora, e não apenas à consequência da contradição na relação entre capital e trabalho. Assim, salientam a importância do desafio de ampliação de espaços da luta coletiva na dinâmica de organização e de mobilização dos trabalhadores no Brasil, tendo em vista o contexto atual de radicalização do neoliberalismo.

Anita Helena Schlesener, em seu texto, discute sobre o retrocesso que os direitos sofreram no âmbito nacional e internacional a partir da implementação do neoliberalismo, articulando política, economia e educação dentro desse panorama. Assim, explana, inicialmente, sobre a relevância dos direitos individuais, sociais e políticos, os quais representam uma conquista, visto que, muitos desses direitos, foram frutos de intensas lutas sociais, a despeito de terem sido engendrados num contexto restrito de democracia liberal. Aponta que os direitos humanos são direitos burgueses que, ao tecer uma igualdade utópica, des-

consideram as profundas raízes de desigualdade social gestadas pela estrutura econômica capitalista. Não obstante, representam uma ferramenta de garantia e manutenção dos direitos para os sujeitos sociais que estiverem em situação desigual, a fim de possibilitar condições legais de luta, fundamental e necessária, considerando-se a amplificação da violência na sociedade atual. Vale ressaltar que os direitos têm sido negligenciados pelo Estado para serem compreendidos como serviços que o cidadão deve pagar ao setor privado, seguindo a racionalidade mercadológica do capital.

A autora salienta a importância da educação na elaboração de estratégias de resistência e de reconquista dos direitos que já foram suprimidos, uma vez que todo processo de formação possui caráter político e a construção coletiva do pensamento crítico capaz de desvelar a nova racionalidade disseminada no senso comum através do ideário neoliberal é o que possibilita a luta de classes. Nesse sentido, sublinha o imperativo de defesa dos direitos, recuperando a trajetória de resistência, sobretudo, na conjuntura política atual.

Vicente Rodrigues e Inez Stampa apresentam uma análise das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX, as quais possibilitaram o cenário socioeconômico do início do século XXI, com suas limitações democráticas. Mediante uma recuperação histórica iniciada na década de 1960, os autores realizam um percurso que passa por todas as fases da denominada ditadura civil-militar brasileira, observando as relações do Estado no pós-ditadura com a ordem social e econômica, dando relevo ao período de redemocratização política e à liberalização econômica nas décadas de 1980 e 1990.

Trazem, ainda, um panorama histórico da etapa de transição política brasileira, que se finda com o mandato de Fernando Henrique Cardoso, o qual se empenhou em apagar resquícios do Estado varguista, que tinha o Estado como protagonista do desenvolvimento econômico e social do país. O autoritarismo dos aparelhos de Estado, a ausência de

reformas agrária, tributária e social, além da conservação e atualização de características de um passado não tão distante, são apontados como impeditivos para que o Brasil supere as limitações democráticas que possui na contemporaneidade.

A contribuição de Elaine Marlova Venzon Francisco em seu texto sobre o trabalho dos assistentes sociais trata da categoria processo de trabalho e sua relevância para analisar as condições e relações de trabalho que perpassam o cotidiano dos trabalhadores assistentes sociais, os quais estão inseridos no contexto de mudanças decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e de implementação de políticas de cunho neoliberal, provocando efeitos deletérios sobre toda a classe trabalhadora. A autora realiza um resgate a partir dos anos de 1990 quando se inicia uma reflexão crítica sobre a importância da categoria processo de trabalho no âmbito profissional, ressaltando que as contribuições da teoria do valor é que possibilitam desvelar as determinações que incorrem sobre o trabalho dos assistentes sociais.

Adiante, traça um panorama das implicações advindas das transformações no mundo do trabalho, em um período assinalado pelas políticas econômicas neoliberais e pelas modificações tecnológicas e organizacionais que provocaram configurações de exploração ainda mais severas para os trabalhadores. A autora explica que essas alterações repercutiram sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais, tornando ainda mais precárias as relações e condições de trabalho. Nesse sentido, considera que a investigação da sociedade brasileira atual é imprescindível para compreender a realidade e, coletivamente, empreender esforços no seu enfrentamento.

No texto seguinte, Joana Valente Santana discute a questão da habitação e do direito à cidade, ressaltando o trabalho do assistente social na conjuntura acirrada de regressão de direitos, inerente à lógica das políticas ultraliberais brasileiras. Dessa forma, inicialmente suscita um debate sobre os fundamentos da questão urbana e habi-

tacional, apresentando, em seguida, como o Serviço Social se insere na história da política urbana e habitacional.

Posteriormente, traz resultados do projeto de pesquisa “Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil” que versa sobre o trabalho profissional do assistente social em programas/projetos habitacionais implementados por prefeituras municipais. Na última seção a autora desenvolve uma análise sobre as proposições regressivas quanto à política urbana e habitacional do governo brasileiro e à reconfiguração da agenda de luta pelo direito à cidade, ressaltando a necessidade do entrelaçamento com as lutas de toda a classe trabalhadora em prol da defesa dos direitos humanos.

Márcia Botão apresenta sua investigação sobre o trabalho dos assistentes sociais na área socio-ocupacional empresarial nas configurações capitalistas atuais, permeada por uma profusão de retrocessos para a classe trabalhadora. Aponta que a crise nos anos de 1970 provocou mudanças estruturais para o conjunto da sociedade, afetando violentamente a classe trabalhadora e, por conseguinte, os assistentes sociais, os quais também sofreram com formas precarizadas de contratação, flexibilização das relações trabalhistas, fragmentação de funções, redução salarial, ampliando as formas de exploração, o que repercute na qualidade da atuação profissional.

Nesse sentido, a autora discute a inserção profissional dos assistentes sociais nas “consultorias empresariais”, estabelecidas mediante processos de terceirização, apresentada na modalidade dos Programas de Assistência ao Empregado, que propõem um atendimento ao trabalhador por meio do recurso telefônico ou através das redes credenciadas de serviços, provocando distanciamento na relação com o usuário, limitando a atuação profissional à soluções emergenciais, individualizadas e sem garantia de continuidade. Destaca que a precarização dos contratos e das condições de trabalho, a desarticulação com outros profissionais e a fragmentação do trabalho, corroboram para deteriorar as relações de trabalho e de reprodução dos trabalhadores.

Nilza Rogéria Nunes retrata os limites e as possibilidades do trabalho do assistente social em Organizações de Base Comunitária ou em instituições da sociedade civil implantadas no interior dos espaços populares no Rio de Janeiro. Sob o contexto neoliberal de subtração dos direitos da classe trabalhadora, o enfrentamento empreendido pelos setores populares tem sido debilitado, o que tem provocado graves consequências sobre os sujeitos mais pauperizados, favelados e periféricos. A autora apresenta a favela como um desafio, tendo em vista o mosaico de desigualdades presentes, dentre as quais destaca a ausência de políticas públicas efetivas, a violência, o preconceito, a opressão, a discriminação e a insegurança.

Contudo, também a apresenta como possibilidade, ressaltando a importância de descortinar suas potencialidades, à medida que podem ser encontradas alternativas produzidas pelos moradores como expressão de resistência, ao engendrar estratégias diante dos seus entraves diários. Sinaliza a presença fundamental de mulheres que protagonizam a função de liderança nas organizações comunitárias, e enfatiza o necessário papel do assistente social, que possui o desafio de intervir sobre e na realidade, mediante seu comprometimento com a defesa e garantia de direitos, buscando compreender as vivências no contexto da favela para fomentar propostas de trabalho fecundas e capazes de aproximar ações já existentes nos locais, articulando com as políticas públicas.

O último texto da coletânea expõe a brilhante obra iconográfica de Mônica Maria Torres de Alencar, na qual a autora realiza uma leitura aguçada do cotidiano de trabalhadores através das imagens de mãos fotografadas por ela mesma. Assim, descreve o contexto em que cada imagem foi capturada, revelando o que cada traço, cor, textura e formato das mãos dos trabalhadores expressam nas diversas funções que possuem.

A riqueza desta coletânea repousa sobre a impecável organização e articulação dos artigos, em que cada autor e autora abordaram, de

forma instigante, temáticas que, estruturalmente, encontram-se interligadas numa conjuntura capitalista profundamente marcada pela exasperação dos retrocessos para a classe trabalhadora. Portanto, para se pensar possibilidades de enfrentamento das implicações das configurações capitalistas em um contexto neoliberal, faz-se necessária a reflexão crítica sobre as relevantes questões apresentadas nessa obra.

Nota

- 1 Assistente Social. Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos pela PUC-Rio. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social (TRAPPUS/PUC-Rio). Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3489-1193>. E-mail: anacaroline.gimenes.m@gmail.com.

